

# OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO RENDIMENTO ACADÊMICO

MÁRCIA CRISTINA COSTA<sup>1</sup>

## Resumo

Esta revisão de literatura tem como objetivo analisar as relações existentes entre as políticas de assistência estudantil com o rendimento acadêmico dos discentes. Foi verificada, através de obras já publicadas, a existência de indícios que através do recebimento dos benefícios das políticas citadas, o aluno desenvolva condições favoráveis à sua qualidade de vida e, conseqüentemente, ao seu desenvolvimento escolar. Fez-se necessário, inicialmente, pesquisar sobre o conceito de qualidade de vida, para verificar de que forma as políticas poderiam interferir nesta e, também, no desempenho do aluno. Posteriormente, apresentar-se-á a Política de Assistência estudantil e sua ligação com o rendimento acadêmico.

**Palavras-chave:** Qualidade de vida; Assistência Estudantil; Rendimento Acadêmico.

## *IMPACTS OF STUDENT ASSISTANCE POLICY ON ACADEMIC PERFORMANCE.*

### Abstract

This literature review aims to analyze the relationship between the student assistance policies with the academic performance of students. Checking through published works, for evidence that by receiving the benefits of the aforementioned policies, the student develops favorable conditions for their quality of life and consequently to their academic performance. It was necessary to rummage the concept of quality of life, to see how policies could interfere in it and so on student achievement. Later it shows the student assistance policy and its link to academic performance.

**Keywords:** Quality of life; Student Assistance; Academic performance.

## *IMPACTOS DE LA POLÍTICA ESTUDIANTE ASISTENCIA EN EL RENDIMIENTO ACADÉMICO*

### Resumen

Esta revisión de la literatura es analizar la relación entre las políticas de ayuda al estudiante con el rendimiento académico de los estudiantes. Se verificó a través de

<sup>1</sup> Assistente Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA), *Campi Anísio Teixeira*.

las obras publicadas, la existencia de indicios de que al recibir los beneficios de las políticas antes mencionadas, el estudiante desarrolla las condiciones favorables para su calidad de vida y, en consecuencia, su desarrollo escolar. Era necesario investigar el concepto de calidad de vida, para ver cómo la política podría interferir con el mismo, y por lo tanto el rendimiento del estudiante. Más tarde se presentará la política de ayudas a los estudiantes y su relación con el rendimiento académico.

**Palabras clave:** Calidad de vida; La asistencia de los estudiantes; El rendimiento académico.

---

## 1 Introdução

Juntamente com o sonho de entrar em uma universidade, muitos estudantes de outras cidades e culturas levam consigo, na bagagem, uma série de questões que não dependem apenas da sua capacidade intelectual, visto que elas têm consequências para sua qualidade de vida deles.

Com as pressões vividas durante a vida acadêmica e as lutas diárias causadas pelas questões socioeconômicas, os alunos podem desencadear uma série de questões que perpassam desde sua estadia na universidade, seu rendimento no processo de ensino-aprendizagem e, por fim, sua formação profissional.

Nas últimas décadas, o ensino brasileiro passou por diversas transformações, as quase acabaram melhorando a sua qualidade e dando maiores oportunidades, especialmente àqueles estudantes em situação de vulnerabilidade social. O investimento do governo federal na educação pública e particular não se resume apenas à educação básica, mas fez surgir no ensino superior, novas instituições, alcançando inclusive o interior do país.

Com a abertura de novas universidades, conseqüentemente, surgiram novas vagas, aumentando a oportunidade de acesso dos jovens ao ensino superior. Essa oportunidade se elevou devido aos programas de ações afirmativas, oferecidos pelo governo federal (VIEIRA, 2003), que começam antes mesmo da inscrição para o vestibular, com a participação na formação de docentes para o Ensino Médio e Fundamental, passando pelo ingresso, com a redução das taxas cobradas, o aumento das vagas e o sistema de cotas – que toma por base a proporção de candidatos que se declararem origem racial/étnica negra ou índia e forem comprovadamente carentes sociais. Nesse contexto, surgem as Políticas de Assistência Estudantil para garantir a permanência do aluno durante o período que estiver na universidade.

Os jovens, por sua vez, na tentativa de obter uma profissão e garantir o seu futuro, preparam-se para as provas e, quando aprovados, percebem a realidade em que se encontram, em uma cidade estranha, estando muitas vezes sozinhos, longe de familiares, e descobrem suas futuras lutas. Seus gastos são os mais variados possíveis: alimentação, moradia, transportes, livros, entre outros que a vida universitária apresenta. Em sua grande maioria, por não possuírem plano de saúde e o difícil acesso aos serviços públicos para pessoas vindas de outras cidades passam a ter gastos também com consultas, exames e medicamentos.

Sendo assim, neste texto, busca-se uma melhor compreensão sobre de que forma os benefícios das Políticas de Assistência Estudantil podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos alunos para que estes tenham bons resultados no seu rendimento acadêmico.

Para a elaboração do presente estudo, foi realizada uma revisão sistemática da literatura. Após a definição do problema de pesquisa, uma ampla busca da literatura ajudou a identificar um grande número de publicações relacionadas ao tema. Nos *sites* [www.scielo.br](http://www.scielo.br) e [www.scholar.google.br](http://www.scholar.google.br), foram selecionados e utilizados 15 artigos, uma dissertação e duas teses, que apresentavam temas relevantes para a pesquisa. Na tentativa de obter dados atualizados, foram priorizados trabalhos publicados há menos de dez anos, embora tenham sido utilizados trabalhos com datas anteriores. Objetivando apresentar o que existe na legislação brasileira sobre o tema, destacamos a utilização da Constituição brasileira e do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Dessa forma, iniciar o trabalho com uma revisão sobre Qualidade de Vida (QV) foi fundamental para posteriormente fazer uma relação do seu significado com o que a Política Nacional de Assistência Estudantil garante aos alunos e de que forma a ausência da implantação da política pode afetar a QV e, conseqüentemente, o rendimento acadêmico dos estudantes.

## **2 Qualidade de vida**

O termo qualidade vem do latim *qualitate* e é utilizado em situações distintas. Seu conceito está ligado diretamente à percepção das pessoas e relacionado a diversos fatores como cultura, modelos mentais, tipo de serviço prestado, necessidades e expectativas que influenciam na sua definição (DIAS, 2008).

Qualidade de vida é uma preocupação antiga. Aristóteles se referia à associação entre felicidade e bem-estar. Já no Império Romano o filósofo Epicteto influenciou grandes pensadores com suas obras sobre como viver uma

vida com qualidade, tranquilidade e sabedoria, conforme cita Fiedler (2008). Porém, há indícios de que a QV surgiu pela primeira vez na literatura médica, por volta de 1930. E, após a segunda guerra mundial, o termo passou a ser muito utilizado, significando melhoria do padrão de vida, em relação à obtenção de bens materiais (KLUTHCOVSKY; TAKAYANAGUI, 2007, p. 13). Em 1964, o termo voltou a aparecer com mais força através do discurso do presidente Americano Lyndon Johnson, quando declarou que o bem-estar da população não poderia ser medido pelo balanço dos bancos, e sim através da qualidade de vida que lhes fosse proporcionada (GORDIA et al., 2011, p. 40).

Em meados da década de 1970, Angus Campbell referiu que as dificuldades para definir a QV tinham a ver como fato de ser um conceito muito falado, mas pouco percebido (MACHADO, 2013). A partir da década de 1990, pareceu consolidar-se um consenso entre os estudiosos da área, o de que a QV possui dois aspectos relevantes: subjetividades e multidimensionalidade. O primeiro apresenta a ideia de levar em consideração a posição do indivíduo em relação à sua situação pessoal, a QV ser avaliada pela própria pessoa. E o segundo aspecto destaca que existem diversos aspectos da vida da pessoa que devem ser levados em consideração (SEILD; ZANNON, 2004). Ainda nessa época, a QV passou a ser utilizada pela população em geral, jornalistas, políticos e executivos, e em pesquisas ligadas a diversas especialidades (KLUTHCOVSKY; TAKAYANAGUI, 2007, p. 14; GORDIA et al., 2011, p. 41). Portanto, definir QV não é uma tarefa fácil, pois é um conceito complexo, ambíguo, lato, volúvel, que difere de cultura para cultura, de indivíduo para indivíduo, e até em um mesmo indivíduo o conceito modifica-se no decorrer do tempo (LEAL, 2008).

Embora já se fale em QV há mais tempo, apenas nas últimas décadas ela se tornou, de forma crescente, o objetivo prioritário dos serviços de saúde, paralelamente à prevenção das doenças, efetivação da cura e alívio de sintomas ou prolongamento da vida humana.

Atualmente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) (2008) alargou o conceito de saúde associando-o a um conjunto de valores: saúde, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, desenvolvimento, participação, parceria e qualidade de vida. A melhoria da QV passou, então, a ser um dos resultados esperados tanto para as práticas assistenciais, como para as políticas públicas como para a área da saúde. O conceito de QV passou a ter duas vertentes: uma objetiva ou social, que contempla fatores econômicos, políticos e ambientais (saúde em geral, nível funcional e socioeconômico); e outra subjetiva ou psicológica, que reflete o julgamento pessoal do indivíduo (autoestima e satisfação com a vida, bem-estar) (OMS, 2008).

### Quadro 1 – Dimensões objetivas e subjetivas da qualidade de vida

Dimensões objetivas	Dimensões subjetivas
Saúde física e mental Condições de habitação Tipo de alimentação Acesso a bens de consumo essenciais Acesso a bens culturais Integração familiar e social Acesso à participação cívica Escolarização Profissão Rendimento suficiente	Essas dizem respeito à forma como a pessoa avalia a sua qualidade de vida, e a avaliação subjetiva pode não coincidir em alguns casos com a avaliação objetiva, feita pelos especialistas, visto que se privilegia o aspecto qualitativo em detrimento do quantitativo. É por isso que se privilegia o bem-estar geral da população.

Fonte: Dias (2008).

Sendo assim, a definição de qualidade de vida do ponto de vista objetivo é a capacidade de qualidade às questões consideradas essenciais, qualidade no ambiente físico e social. Enquanto do ponto de vista subjetivo é a avaliação que cada um faz no conjunto de elementos que ele valoriza ou pode valorizar.

Ainda de acordo com a Organização Mundial de Saúde (2008), a QV tem quatro dimensões básicas às quais se deve dar atenção: a dimensão física, relativa à percepção do indivíduo em relação a sua condição física; a dimensão psicológica, que representa a percepção do indivíduo sobre sua condição afetiva e cognitiva; a dimensão social, que reflete a percepção do indivíduo sobre os seus relacionamentos sociais e os papéis adotados na vida; a dimensão ambiental, que traduz a percepção do indivíduo sobre os aspectos diversos relacionados com o ambiente em que vive.

Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 13) afirma que o termo não possui um único significado, mas que expressa o conhecimento, as experiências e os valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes. Ultimamente, tem-se considerado outros fatores como marcos para a QV, como satisfação, qualidade nos relacionamentos, realização pessoal, percepção de bem-estar, possibilidade de acessos a eventos culturais, oportunidade de lazer, felicidade, solidariedade e liberdade (KLUTHCOVSKY; TAKAYANAGUI, 2007).

O conceito inicial de QV está relacionado à distância existente entre as expectativas individuais e a realidade (GORDIA et al., 2011, p. 44). Essas realidades podem ser relativas a questões históricas, culturais e as classes sociais, ou seja, é a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores nos quais ele vive e em relação a seus objetivos, suas expectativas, seus padrões e suas preocupações (BAMPI et al., 2013, p.125). Embora não haja consenso sobre a qualidade de vida, muitos pesquisadores aceitam aspectos relacionados à subjetividade e multidimensionalidade (KLUTHCOVSKY; TAKAYANAGUI, 2007; GORDIA et

al., 2011, p. 45). Para Gordia et al. (2011, p. 44) há indícios de que a QV está associada tanto a fatores biológicos e comportamentais como a aspectos sociodemográficos e culturais; porém, a proporção da interferência desses fatores na QV ainda é desconhecida.

Segundo Fleck et al. (1999, p. 19), valorizar parâmetros além do controle de doenças, da diminuição da mortalidade e do aumento da esperança média de vida, e associando o conceito de QV à satisfação com a vida, à felicidade, à existência e com o significado e bem-estar subjetivo tem causado um movimento dentro das ciências humanas e biológicas.

Atualmente, a medicina tem usado a avaliação da QV de forma a obter resultados e repercussões na saúde dos indivíduos, avaliando quais as dificuldades que o indivíduo tem de conviver com alguma doença e a influência que o tratamento ou as intervenções tem nesta doença. Nessa avaliação, é levada em consideração a saúde em geral, a capacidade física, os sintomas físicos, os fatores emocionais, a função cognitiva e o bem-estar social, envolvendo aspectos diretamente associados à doença ou às formas de tratamento (MACHADO, 2013).

Segundo Leal (2008), a QV pode ser avaliada mediante critérios apropriados, como a educação, formação de base, a atividade profissional, as competências adquiridas, a resiliência pessoal e a saúde, a depender da percepção que cada um tem de si e dos outros. Já para Farquhar (1995) trata-se da percepção global da vida da pessoa e depende da contribuição de inúmeros domínios e componentes.

Quanto aos instrumentos utilizados para avaliação da QV, conforme defende Leal (2008), podem ser caracterizados em específicos e genéricos. Os específicos avaliam uma doença específica e quantificam os ganhos em saúde após o tratamento. Os genéricos são multidimensionais e foram desenvolvidos com o objetivo de avaliar a doença em seus vários aspectos (capacidade funcional, aspectos físicos, dor, estado geral de saúde, vitalidade, aspectos sociais e emocionais, saúde mental e o tratamento).

Para Dantas, Sawada e Malerbo (2003, p. 533), QV é uma noção eminentemente humana e abrange muitos significados que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades. Já Gordia et al. (2011, p. 43) menciona que o conhecimento de fatores associados a QV das pessoas é de extrema importância para que políticas públicas sejam desenvolvidas visando a melhorar as condições de vida da população. Nesse sentido, a QV foi incorporada aos debates globais, principalmente nos que se referem ao desenvolvimento humano, ao bem-estar social, à democracia, aos direitos humanos e sociais, abrangendo vários setores (BAMPI et al., 2013, p. 15). Entre esses setores, desde a década de 1980, a QV do estudante universitário tem

merecido atenção no cenário acadêmico internacional; entretanto, no Brasil, apenas recentemente começaram a surgir pesquisas sobre o assunto (PARO; BITTENCOURT, 2013, p. 367; OLIVEIRA, 2006).

Estudos sobre a qualidade de vida dos estudantes universitários evidenciam que a universidade propicia tanto vivências promotoras como não promotoras da QV, destacando-se, entre as primeiras, as atividades extracurriculares, a relação aluno-professor e as relações entre colegas, enquanto entre as experiências não promotoras de QV, estariam a falta de acolhimento dos professores, a pouca integração com alunos de outros cursos e a carga horária excessiva para o aluno trabalhador (PARO; BITTENCOURT, 2013, p. 367). Para os alunos que precisam sair de casa para estudar, somam-se ainda: a não garantia de afeto e cuidados, a responsabilidade de organizar a rotina e cuidar de si, descobrir um bom método de estudo e estabelecer novos vínculos afetivos, além das questões financeiras que também são afetadas com os novos gastos (FIEDLER, 2008; SANTOS; ALMEIDA, 2001, p. 212).

A qualidade de vida do estudante é considerada um fator relevante, relacionado à resultados importantes, como performance acadêmica, tempo para a graduação, satisfação do estudante e persistência institucional, conduta em classe, relações sociais, envolvimento extracurricular interação entre pais e estudantes e conflitos com colegas de república. E esses fatores, segundo Bampi et al. (2013, p. 14) e Santos e Almeida (2001, p. 217) , estão intimamente ligados ao sucesso no processo de aprendizagem e na realização das atividades acadêmicas.

### **3 Políticas de Assistência estudantil**

Para compreender a atual situação das universidades brasileiras e o surgimento da assistência estudantil, é necessário retornarmos aos primórdios do seu surgimento e resgatar alguns fatos importantes.

O surgimento da educação superior no Brasil se deu no período colonial, inicialmente com a iniciativa dos Jesuítas, apesar de ser uma educação mais voltada para a catequese religiosa. Na época, os altos funcionários da igreja e coroa e os filhos dos grandes latifundiários saíam para estudar na Europa. Em 1808, com a vinda da família real, surgiu o interesse pela criação das escolas de medicina; nos anos seguintes, de outros cursos. Inicialmente, os cursos eram gratuitos e financiados com o “quinto da coroa”, imposto cobrado sobre os produtos exportados. Os cursos eram profissionalizantes e atendiam apenas aos filhos da aristocracia colonial, visto que não podiam estudar na Europa. Após

algumas tentativas frustradas da criação de uma universidade pública no Brasil, surgiu a Universidade do Rio de Janeiro, que, em 1920, ofertou três cursos: Escola Politécnica, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito. (VASCONCELOS, 2010).

Apenas em 1930 a educação passou a ser reconhecida como um direito público regulamentado pelo estado, porém ainda não assegurado integralmente pela constituição.

Entre as décadas de 1950 a 1970 criaram-se universidades federais em todo o Brasil, ao menos uma em cada estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares. A descentralização do ensino superior foi a vertente seguida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor a partir de 1961 (Lei n. 4024). (VASCONCELOS, 2010, p. 603).

Durante a década de 1970, houve um aumento expressivo no ensino superior resultante do aumento de vagas e criação de novos cursos autorizados pelo governo devido à concentração urbana e a exigência de melhor formação de mão de obra para indústria. No entanto, os recursos públicos passaram cada vez a ser mais escassos devido ao controle da Ditadura Militar.

Em meio a opressão política existente na época, surgiram os movimentos sociais com a finalidade de lutarem para o fim do regime militar e a promulgação de uma nova constituição federal. E a partir de então, despontou a história da Política de Assistência Estudantil.

Em 1987, foram criados o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Ambos apresentam uma proposta de Assistência estudantil que procura listar diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos de assistência estudantil que possam reduzir as desigualdades socioeconômicas e culturais entre os graduandos das Instituições Federais de Ensino.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 representou um marco histórico em relação às questões que asseguram o exercício dos direitos sociais, entre eles o da igualdade como valor supremo de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social. E no seu art. 206, garante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade;
- VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, 1988).

A educação, então, tornou-se um direito público a ser dirigido para todas as classes sociais e todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação. Nesse sentido, o FONAPRACE, que é órgão assessor da ANDIFES apresenta uma proposta, a qual resultou, em julho de 2010, no Decreto nº 7.234/2010 do governo Federal (BRASIL, 2010), o PNAES. E esse decreto tem como finalidade: ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; democratizar as condições de permanência; minimizar os efeitos das desigualdades; reduzir retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010). Nesse sentido, o governo propõe que as ações sejam desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Em parágrafo único, o PNAES reza que as ações de assistência estudantil devem contribuir para melhoria do desempenho acadêmico. Para o programa, assistência estudantil são iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I – moradia estudantil; II – alimentação; III – transporte; IV – assistência à saúde; V – inclusão digital; VI – cultura; VII – esporte; VIII – creche; e IX – apoio pedagógico.

Para Vasconcelos (2010), a assistência estudantil perpassa por áreas dos direitos humanos, que vão desde condições ideais de saúde, acesso aos instrumentos pedagógicos necessários, acompanhamentos às necessidades especiais, até o provimento dos recursos mínimos necessários para a sobrevivência do estudante: moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros. Sendo assim, a política de assistência estudantil, nas Instituições Federais de Ensino (IFES) deve ser parte do processo educativo e articular-se com o tripé básico que é ensino, pesquisa e extensão. (ALMEIDA FILHO, 2010; FONAPRACE, 2001).

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula. (VASCONCELOS, 2010, p. 609).

No Brasil, a desigualdade social é notável pelas taxas de concentração de renda; e isso se reflete dentro das universidades, visto que as condições socioeconômicas de grande parte dos alunos são desfavoráveis à entrada e permanência destes nos cursos escolhidos. Por esse motivo, segundo Araújo (2003), a discussão sobre o tema Assistência Estudantil tem grande relevância.

#### 4 Rendimento acadêmico

Para Oliveira (2006), o rendimento acadêmico pode ser afetado por quatro domínios: físico, psicológico, relações sociais e relações ambientais, que se ramificam de acordo o Quadro 2.

**Quadro 2** – Domínios e facetas

Domínios	Facetas
Domínio físico	Dor e desconforto Energia e fadiga Sono e repouso Mobilidade Atividades da vida cotidiana Dependência de medicação ou de tratamentos Capacidade de trabalho
Domínio psicológico	Sentimentos positivos Pensar, aprender, memória e concentração Autoestima Imagem corporal e aparência Sentimentos negativos Espiritualidade/religião/crenças pessoais
Domínio das relações sociais	Relações pessoais Suporte (apoio) social Atividade sexual
Domínio do ambiente	Segurança física e proteção Ambiente no lar Recursos financeiros Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades Participação em..., e oportunidades de recreação/lazer Ambiente físico (poluição/ruído/trânsito/clima) Transporte

**Fonte:** Oliveira (2006).

Para Ferreira (2009), um melhor rendimento acadêmico, exige uma compreensão de todos os fatores que podem intervir, sejam eles internos ou externos à universidade. Fatores esses com naturezas diversas estando relacionadas a professores e alunos, aos currículos, às instituições e aos contextos, sendo de natureza pedagógica, social, cultural e econômica. A efetivação do sucesso escolar implica a superação de uma visão que atribui exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade pelo desempenho escolar (CONAE, 2010). Ademais, conforme explicitam Santos e Almeida Filho (2010, p. 229): “O cotidiano acadêmico constitui rica e densa teia de relações na qual, dentro e fora da sala de aula extrapolam-se os limites das formalidades curriculares e a rigidez dos rituais de ensino-aprendizagem”.

Segundo Oliveira (2006), o aluno insatisfeito com a instituição, o curso, a disciplina, o professor ou outro fator pode ter seu rendimento acadêmico prejudicado, e não somente devido o fato do despreparo para a etapa de aprendizado. Em síntese, um conjunto alargado de variáveis pessoais, interpessoais e institucionais aparece associado às dificuldades dos alunos para sua adaptação e ter bom rendimento acadêmico, como afirmam Santos e Almeida (2001). Essas variáveis, segundo Ferreira (2009), estão associadas a professores e alunos, aos currículos, a instituições e aos contextos, sendo esse de natureza pedagógica, social, cultural e econômica.

Para Ferreira (2009), um dos determinantes do rendimento acadêmico é o deslocamento do aluno da sua família. Como entrar na Universidade custa a separação da família, dos amigos, ocorrem alterações socioafetivas capazes de perturbar uma boa estabilidade emocional. As dificuldades no contexto universitário são de diversas naturezas, desde questões individuais, novas exigências acadêmicas, até o novo ambiente, e influencia o desempenho e o desenvolvimento psicossocial dos estudantes.

As universidades se preparam para dar ao aluno todo suporte acadêmico durante a sua permanência na instituição; contudo, a manutenção da sua saúde física, mental e social fica por sua própria responsabilidade. Para Fiedler (2008), a vida acadêmica não se resume às salas de aula, aos estágios, à iniciação científica, à monitoria, à extensão universitária e aos estudos individuais e em grupo, os quais ocupam a vida do universitário ao ponto de este não ter tempo de se envolver com atividades extras e estudos que cooperem para a melhor qualidade de vida como ser humano. Todos esses fatores, sem dúvida, podem interferir na QV e, conseqüentemente, no rendimento acadêmico dos discentes.

Avaliar o desempenho acadêmico não é tarefa fácil, devido ao número de variáveis que podem avaliadas; todavia, a nota é um fator importante para a vida, as decisões e a progressão na vida acadêmica (OLIVEIRA, 2006).

No entanto, para Cunha e Carrilho (2005) o sucesso de cada aluno deve ser avaliado pelo seu crescimento em relação a si próprio e aos objetivos propostos, desde o primeiro semestre, levando em consideração o desenvolvimento integral. É necessário, então, que o estudante desenvolva suas competências intelectuais, acadêmicas e pessoais, tais como: o estabelecimento e a manutenção de relações interpessoais, o sentido de identidade e o processo de tomada de decisões acerca da carreira.

## 5 Considerações finais

O propósito do presente artigo foi apresentar a possível existência da relação entre qualidade de vida, assistência estudantil e rendimento acadêmico. Por meio da revisão de literatura, foi possível, de forma abrangente, ampliar o conhecimento sobre essas três palavras-chave.

Qualidade de vida é um conceito complexo. Dessa forma, deve-se questionar: como pensar que a Assistência Estudantil é o suficiente para atuar de tal forma na QV do aluno ao ponto de interferir positivamente no seu rendimento Acadêmico?

Questões como a posição do indivíduo envolvendo sua situação pessoal, e a existência de diversos aspectos da vida da pessoa devem ser levadas em consideração em relação à qualidade de vida do estudante. Nesse contexto, o aluno de graduação revela, em seu cotidiano, um leque possibilidades quanto à sua posição em relação à QV.

Cabe lembrar que, para o PNAES, a assistência estudantil implica desenvolver iniciativas nas seguintes áreas: I – moradia estudantil; II – alimentação; III – transporte; IV – assistência à saúde; V – inclusão digital; VI – cultura; VII – esporte; VIII – creche; e IX – apoio pedagógico. Já o rendimento acadêmico, segundo Oliveira (2006), pode ser afetado por quatro domínios: físico, psicológico, relações sociais e relações ambientais. E essas variáveis, ainda podem ser somadas a questões pessoais, interpessoais e institucionais que aparecem associadas às dificuldades dos alunos na sua adaptação e rendimento acadêmico. Sendo assim, embora a Política de Assistência Estudantil garanta aos discentes condições para a permanência na universidade, nem sempre será possível garantir uma melhor Qualidade de Vida; afinal, existem fatores que interferem no seu rendimento acadêmico que podem estar ligados ou não à sua QV. Portanto, os impactos que a Política de assistência estudantil causa ao rendimento acadêmico dos alunos não podem ser avaliados isoladamente. Diante disso, como o tema se revela amplo, e não é possível esgotá-lo neste presente trabalho, novos estudo deve ser feitos a fim de ampliar a discussão acerca das relações existentes entre as políticas de assistência estudantil com o rendimento acadêmico dos discentes.

## Referências

ALMEIDA FILHO, Naomar de. *Universidade Nova: Textos Críticos e Esperançosos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_.; MARINHO, Maerbal B. M.; CARVALHO, Manoel José; SANTOS, Jocélio T. *Ações afirmativas na universidade pública: o caso da UFBA*. Salvador: Centro de Estudo Afro-orientais da UFBA, 2005.

ARAÚJO, Josimeire. O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). 2003.

BAMPI, Luciana N. da S. Percepção sobre qualidade de vida de estudantes de graduação em enfermagem, *Revista Gaúcha Enfermagem*, Porto alegre, v. 34, n. 1, p. 125-132, nov. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7234-19-julho-2010-607316-norma-pe.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. *Conferência Nacional de Educação 2010– Construindo o sistema nacional articulado de educação: o plano nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação*. Documento Final. Brasília: MEC, 2010.

COSTA, Simone G. *A equidade na Educação Superior: uma análise das políticas de assistência estudantil*. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CUNHA, Simone M.; CARRILHO, Denise M. O processo de adaptação ao ensino superior e o rendimento acadêmico. *Psicol. Esc. Educ.* (Impr.), Campinas, v. 9, n. 2, 2005.

DANTAS, Rosana Aparecida S.; SAWADA, Namie. O.; MALERBO, Maria B. Pesquisa sobre qualidade de vida: Revisão da produção científica das

Universidades Públicas de São Paulo, *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 11, n. 4, p. 532-538, jul./ago. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n4/v11n4a17.pdf>>.

DIAS, Maria Olivia. O desenvolvimento e a qualidade de vida no centro da agenda atual: duas realidades complementares. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, n. 15/16, p. 3-19, 2008.

FARQUHAR, Morag. Elderly people's definitions of quality of life. *Social Science & Medicine*, v. 41, n. 10, p. 1439-1446, 1995.

FERREIRA, Marco. Determinantes do rendimento acadêmico no ensino superior. *Revista Internacional d'Humanitats*, Barcelona, v. 15, p. 55-60, abr. 2009.

FIEDLER, Patricia T. Avaliação da qualidade de vida do estudante de medicina e da influência exercida pela formação acadêmica. 2008. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-graduação em Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FLECK, Marcelo P de A; LEAL, Ondina F.; LOUZADA, Sérgio; XAVIER, Marta; CHACHAMOVICH, Eduardo; VIEIRA, Guilherme; SANTOS, Lyssandra dos; PINZON, Vanessa. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 19-28, jan./mar. 1999.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. *Proposta do FONAPRACE para um Plano Nacional de Assistência aos estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior*. Recife. 2001.

GORDIA, Alex P.; QUADROS, Teresa M. B de; OLIVEIRA, Monalyza T. C. de, CAMPOS, Wagner. de Qualidade de vida: contexto histórico, definição, avaliação e fatores associados. *Revista Brasileira de Qualidade de Vida*, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 40-52, jun. 2011.

KLUTHCOVSKY, Ana Claudia G. C.; TAKAYANAGUI, Ângela Maria M. Qualidade de vida – Aspectos conceituais. *Revista Salus*, Guarapuava, v. 1, n. 1, p. 13-15, jun. 2007.

LEAL, Carla Manuela da S. *Reavaliar o conceito de qualidade de vida*. 2008. 23 f. (Projeto de Pesquisa). Universidade dos Açores, 2008.

MACHADO, Carla Alexandre Martins. Dissertação de Mestrado: Relação entre a Qualidade de Vida e a Acessibilidade aos Cuidados de Saúde Primária no Conselho de Ribeira de Pena. 2013. 101. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciências & saúde coletiva*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 7-18, mar. 2000.

OLIVEIRA, José Ari C. de. Qualidade de vida e desempenho acadêmico de graduandos. 2006. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Relatório Mundial da Saúde 2008: Cuidados de Saúde Primários – Agora mais que nunca*. Genebra: OMS, 2008.

PARO, César Augusto; BITTENCOURT, Zélia Zilda L. de C. Qualidade de vida de graduandos na área de saúde. *Revista brasileira de educação médica*, v. 3, p. 365-375, 2013.

SANTOS, Boaventura de S.; ALMEIDA FILHO, Naomar. de. *Memorial da Universidade Nova*. Salvador: Edufba, 2010.

SANTOS, Luiza; ALMEIDA, Leandro S. Vivências Acadêmicas e Rendimento Escolar: estudo com alunos universitários 1º ano. *Revista Análise Psicológica*, v. 2, p. 205-217, 2001.

SEIDL, Elaine M. F., ZANNON, Célia Maria L.C. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. *Cadernos Saúde Pública*. 20(2): p.580-588. 2004.

VASCONCELOS, Natalia B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Ensino Em-revista*, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./ dez. 2010.

VIEIRA, Andréa L. L. da C. *Políticas de educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política*. Brasília: Editora Inep/MEC, 2003.

**Submissão em: 30-04-2016**

**Aprovação em: 24-11-2016**